

HABEAS CORPUS Nº 530.478 - RJ (2019/0259415-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUARDO JANUÁRIO NEWTON - SP259627
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MARCUS AURELIO DE PAULA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCUS AURELIO DE PAULA DA SILVA, representado pela Defensoria Pública estadual, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rio de Janeiro que denegou a ordem visada no *Writ* n. 0041201-06.2019.8.19.0000 para manter a segregação cautelar decretada em desfavor do ora paciente nos autos da ação penal a que responde pela suposta prática do delito de tráfico de drogas.

Neste *writ*, a impetrante pleiteia a revogação da segregação processual decretada em desfavor do acusado, alegando, para tanto, a ausência de fundamentação do decreto preventivo e dos requisitos da prisão cautelar, a nulidade do flagrante diante do uso indevido de algemas, bem como que o réu possui condições pessoais favoráveis, sendo cabível a substituição da prisão por medidas cautelares alternativas.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas às e-STJ fls. 85-92.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do *writ*.

É o relatório.

A insurgência não merece prosperar.

Isso porque, das informações prestadas pelo Tribunal de origem às e-STJ fls. 90-91, se verificou que, em **1º/10/2019**, foi prolatada sentença condenando o réu às penas de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e ao pagamento de 167 (cento e sessenta e sete) dias-multa, como incurso no art. 33 da Lei de Drogas, ocasião em que foi revogada a sua prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura, circunstância que evidencia a perda do objeto do presente apelo.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator